

Primeiro e segundo congressos nacionais de óleos, gorduras, ceras e resinas, e seus derivados: os primeiros congressos temáticos de química do Brasil

First and second national congresses on oils, fats, waxes and resins, and their derivatives: the first thematic congresses of chemistry in Brazil

Raiane Dandara Pereira Pimentel e Júlio Carlos Afonso

Departamento de Química Analítica, Instituto de Química, Universidade Federal do

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

raiane.dpp@gmail.com, julio@iq.ufrj.br

Submetido em 29/02/2020; Versão revisada em 23/05/2020; Aceito em 27/05/2020

Resumo

Este trabalho descreve os Primeiro e Segundo Congressos Nacionais de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados (1924 e 1927) nos contextos científico, econômico, industrial e sócio-político no Brasil, de modo a compreender a importância dada à Química no país na década de 1920. Foram os primeiros eventos temáticos de química organizados no país com a participação da primeira sociedade brasileira de química e a ajuda de outras instituições e sociedades e do governo federal. Como fontes de pesquisa utilizaram-se os anais dos congressos, notícias de jornais e revistas e documentos oficiais. As repercussões transpassaram os limites da própria sociedade de química, atingindo o agronegócio, o comércio interno e externo, as áreas farmacêutica e da saúde, e a legislação aplicável a alimentos oleaginosos. Dois dos desdobramentos mais significativos, devido à atuação de Joaquim Bertino, figura marcante dos dois congressos, foram a fundação do Instituto de Óleos, no Rio de Janeiro, e do Instituto de Tecnologia de São Paulo.

Palavras-chave: Congresso de Óleos; Sociedade Brasileira de Química; Joaquim Bertino

Abstract

This paper describes the first and second national congresses of oils, fats, waxes and resins, and their derivatives (1924 and 1927) in the scientific, economic, industrial and socio-political contexts in Brazil, in order to understand the importance given to Chemistry in the country in 1920s. These were the first chemistry themed events organized in the country with the participation of the first Brazilian Chemical Society and the help of several other institutions and societies and the federal government. The conferences proceedings, news from newspapers and magazines and official documents were used as primary sources. The repercussions crossed the limits of the Chemical Society itself, reaching agribusiness, internal and foreign trade, pharmaceutical and health areas and the applicable legislation to oleaginous products. Two of the most significant consequences, due to the performance of Joaquim Bertino, a prominent figure in both congresses, were the foundation of the *Institute of Oils*, in Rio de Janeiro, and of the *Institute of Technology* in São Paulo.

Keywords: Congress of oils; Brazilian Chemical Society; Joaquim Bertino

INTRODUÇÃO

A década de 1920 foi marcada pelo início da modernização do Brasil, atestada por uma incipiente industrialização, devido ao grande fluxo de imigrantes europeus e asiáticos e ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (SANTOS et al., 2006). Essa fase de desenvolvimento foi acompanhada de uma conscientização crescente da necessidade de o país formar seus próprios químicos para atender às demandas nacionais, em vez de depender da vinda de mão-de-obra estrangeira; mesmo qualificada, não tinha qualquer vivência com a realidade brasileira. Assim, após a criação do Instituto de Química Agrícola em 1918, e o decreto que criava os primeiros cursos de formação de químicos industriais em janeiro de 1920, o Brasil começava a formar um novo tipo de profissional para ocupar um espaço até então a cargo de médicos, engenheiros e, especialmente, farmacêuticos.

Em 10 de novembro de 1922, como consequência do Primeiro Congresso Brasileiro de Química (ocorrido no Rio de Janeiro de 3 a 10 de novembro), foi criada a Sociedade Brasileira de Química, SBCh (CONCLUSÕES, 1923). Tratava-se da primeira sociedade brasileira consagrada à química, fundada com uma década de atraso em relação à sua congênere pioneira na América do Sul (Associação Química Argentina, fundada em 1912).

Após sua fundação, foram tomadas providências para seu registro legal: aprovação de um estatuto (2 de maio de 1923), adesão à União Internacional de Química Pura e Aplicada (AFONSO, 2019), constituição de uma sede, uma diretoria e de um quadro social.

Seu estatuto previa vários tipos de reunião (ESTATUTO, 1923): ordinárias, extraordinárias e solenes (artigo 10º), e, segundo o artigo 3º, uma reunião anual.

Dentre as conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Química (CONCLUSÕES, 1923), citava-se que “na impossibilidade de decidir sobre muitas questões que foram submetidas à sua apreciação tais como nomenclatura química, organização do 2º

Congresso Brasileiro de Química, questões referentes às leis brasileiras federais e estaduais sobre fiscalização de alimentos, adubos, inseticidas, fertilizantes, medicamentos, produtos químicos etc., métodos de análises, perícia química, patentes de invenção etc., etc. resolveu o Congresso adjudicá-las à Sociedade Brasileira de Química”.

Em reunião ordinária de 14 de setembro de 1923, a SBCh começou a se ocupar da organização da sua reunião anual para 1924 (JORNAL DO COMMERCIO 1923a). Declarou o Presidente (José de Freitas Machado) que, “*como manda os Estatutos, a Sociedade reunir-se-á anualmente com a presença dos sócios pertencentes aos núcleos estaduais*”. Acrescentou ainda que “*Declarou que tais reuniões, além do valor social e educativo do estreitamento entre os membros da associação, têm um grande alcance científico e principalmente industrial, pois como ficou combinado no 1º Congresso Brasileiro de Química, estas reuniões devem tratar cada vez de um assunto especializado. Assim sendo, resolveu a Diretoria promover desde já a reunião para 1924 que se efetuará no Rio de Janeiro de 7 a 14 de setembro. O assunto a ser estudado será: “Substancias gordurosas. Ceras e resinas. Indústrias derivadas”. Leu em seguida um projeto de programa para esta reunião no qual se destaca uma referente à exposição de matérias-primas, maquinismos e produtos manufaturados referentes àquele assunto.*”O tema voltou a ser discutido em reunião de 3 de dezembro de 1923 (JORNAL DO COMMERCIO, 1923b).

A SBCh poderia ter optado por um congresso generalista, que seria o 2º Congresso Brasileiro de Química. Porém, ainda em seus primeiros passos, com um número ainda reduzido de sócios e poucos químicos formados no país (as primeiras turmas de química industrial colaram grau em janeiro de 1923), a opção de realizar um congresso temático de grande capilaridade junto a outros setores (agronegócio, comércio, indústria, farmácia, forças armadas), e com o concurso de outras sociedades científicas como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Associação

Brasileira de Farmacêuticos, pareceu ser a forma encontrada de a SBCh se fazer mais conhecida e com melhores condições de cumprir seus objetivos.

O tema escolhido não era um mero detalhe. Tratava-se da discussão de uma questão de soberania nacional: o uso e a defesa das riquezas naturais produzidas em solo brasileiro, e a forma de dar a elas impulso para o desenvolvimento do país. O Brasil, na década de 1920, era ainda um país agrário e reconhecido como possuidor de grande diversidade oleífera. No Primeiro Congresso Brasileiro de Química, houve um trabalho apresentado por Joaquim Bertino de Moraes Carvalho (1897-1977), que motivou a seguinte conclusão (CONCLUSÕES, 1923): “O Congresso reconhecendo o mérito da tese do Sr. Joaquim Bertino de M. Carvalho como estudo estatístico-industrial, pede ao Governo a sua publicação em folheto para vulgarização entre os industriais de óleos, e como incentivo a trabalhos desta natureza.”. Para favorecer o desenvolvimento científico e industrial nacionais e para o progresso da indústria de óleos, de acordo com as conclusões do congresso de química, fazia-se necessária a existência de eventos como este, nos quais seriam reunidos diversos trabalhos voltados para a temática.

O presente trabalho investigou - por meio de uma pesquisa histórica – os primeiros congressos temáticos de química no Brasil: Primeiro e Segundo Congressos Nacionais de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados, almejando compreender qual era a importância dada ao campo da Química no país na década de 1920, tanto na esfera sócio-política quanto nas esferas industrial, científica e econômica. Após 96 anos da ocorrência do primeiro dos eventos, quase não se encontram registros de estudos que destacam as conjunturas e implicações da realização destes congressos no Brasil. Não existem pesquisas que tratem do valor histórico, econômico ou teórico que é agregado à ciência e à indústria química, principalmente a oleaginosa, no Brasil daquele tempo.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza histórico-descritiva. O recorte cronológico abrange a década de 1920, quando foram realizados o Primeiro e Segundo Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e seus Derivados.

Como fontes primárias, utilizaram-se os anais referentes aos dois eventos (reunidos em um único volume), que foi a primeira publicação realizada pela SBCh. Os anais apresentam os resumos e os trabalhos completos, incluindo os pareceres das bancas de avaliação, de todas as sessões dos eventos, além de informações como atas das sessões científicas, das reuniões e das conferências realizadas pela Comissão Organizadora do evento. Como fontes secundárias, foram analisados jornais e revistas que traziam relatos do evento, coletados no acervo da Biblioteca Nacional. A mídia impressa dos anos 1920 relata muitos aspectos relativos à preparação, organização, andamento e ainda aos desdobramentos dos congressos em nosso país. Naquela época, os jornais eram a ser vistos como “*fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Neles encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas*” (CAPELATO, 1988).

As bibliografias especializadas na área de história do Brasil e de origens da Química no Brasil também foram utilizadas como fontes secundárias. As informações obtidas a partir destas fontes foram fundamentais para que fosse possível ilustrar as condições políticas e econômicas do país até o início do século XX, a fim de compreender o contexto histórico até a realização dos eventos. Importa ressaltar que, nas primeiras décadas do século XX, o fluxo cultural que vinha da Europa abria caminho para um mundo novo que ansiava por tendências liberais, democráticas, progressistas, bem como buscava

avanço científico e desenvolvimento industrial e urbano (FILGUEIRAS, 2015).

Analisar jornais como fonte de pesquisa e material histórico, propriamente dito, é algo recente. Segundo Oliveira (2011), seria uma forma de uma nova escola historiográfica romper com as antigas formas de análise de fontes e documentos. De fato, os jornais daquela época retratavam tanto o pensamento social e sua construção, como também a própria perspectiva da época diante dos acontecimentos vividos. Para esta pesquisa, este recurso se mostrou muito valioso. Com a perda total do acervo que a SBCh dispunha decorrente do incêndio de sua sede social em 1943, a mídia impressa se tornou a única fonte de obtenção de muitas das informações referentes à organização, realização e desdobramentos dos dois congressos.

O PRIMEIRO CONGRESSO DE ÓLEOS

Seu lançamento

Em janeiro de 1924, a SBCh anunciou nos principais jornais do Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso de Óleos (O PAIZ, 1924a; O JORNAL, 1924a):

A Sociedade Brasileira de Chimica vai realizar nesta cidade, de 7 a 12 de setembro do corrente ano, a primeira reunião geral dos seus sócios, quer os do Rio de Janeiro, quer os dos Estados onde tenha ou não núcleos associados, com o fim de estudar: 1º Todos os assuntos referentes ao aperfeiçoamento de sua organização e, principalmente, a questão do núcleo dos associados; 2º Um assunto brasileiro de alto interesse científico, econômico e industrial.

O assunto escolhido é o referente às matérias gordurosas, ceras e resinas industriais derivadas. Neste particular, a reunião ocupar-se-á do estudo das matérias primas, dos óleos, das gorduras, das ceras animais e vegetais, das resinas, da fabricação dos sabões, da glicerina; das substâncias gordurosas como alimentos, como combustíveis e como lubrificantes; do desenvolvimento dessas indústrias

em cada estado do Brasil; das aplicações e valor industrial dos diversos processos empregados na exploração das matérias gordurosas, não somente visando os processos de extração, como também os de refinação, descoloramento, desmargarinização, desodorização, etc.; do estado atual da organização industrial e melhoramentos para um rápido desenvolvimento das indústrias; do melhor aproveitamento das máquinas empregadas; da organização do trabalho e da higiene industrial nas fábricas de produtos gordurosos; de todos os fatores que afetam o progresso comercial dessas indústrias no país; da cultura das plantas oleaginosas, sua classificação, importância econômica; do emprego das tortas oleaginosas na alimentação do gado, etc. Em resumo, a reunião ocupar-se-á do estado agrícola, comercial e industrial das substâncias gordurosas, ceras e resinas brasileiras.

A diretoria organizou um esquema geral das divisões da questão e das subdivisões cujo estudo lhe parece mais oportuno, esperando que os interessados, sócios ou não da sociedade, lhe enviem sugestões, notas e se inscrevam para apresentar memórias fotográficas e toda espécie de contribuição sobre o assunto.

Com o intuito de realizar o maior número de investigações científicas sobre óleos brasileiros desconhecidos ou pouco conhecidos, investigações sobre óleos tóxicos, empregos alimentares e medicinais dos óleos, classificação das plantas oleaginosas e tudo mais que a prática sugerir, a diretoria da Sociedade Brasileira de Chimica pede por nosso intermédio aos diretores dos laboratórios brasileiros de pesquisas químicas, aos diretores e professores das escolas de química industrial, aos professores de química das nossas escolas superiores, e aos diretores dos institutos brasileiros de botânica que realizem gratuitamente essas investigações sobre amostras de sementes de óleos, ceras e resinas, devidamente autenticadas, que lhes forem enviadas pelos habitantes do interior do país.”

O programa geral do evento foi instituído da

seguinte forma:

“Reunião geral: 1º estatística de produção, importação e exportação; 2º Classificação dos seres que produzem gorduras, ceras e resinas; 3º Comércio das gorduras, ceras e resinas; 4º Situação da questão no estrangeiro; 5º Propaganda desses produtos brasileiros no Brasil e no estrangeiro; 6º Desenvolvimento econômico-industrial desses produtos nos Estados do Brasil; 7º Subordinação comercial e industrial destes produtos e de seus derivados; 8º Produção e usos das gorduras de animais marinhos; 9º Classificação dos produtos ao ponto de vista comercial e industrial; 10º Subsídios para carta geográfica brasileira de oleaginosos; 11º Classificação e denominação dos sabões; 12º Classificação e denominação das ceras; 13º Classificação e denominação das resinas; 14º Classificação das banhas; 15º Cultura e seleção das plantas oleaginosas; 16º Legislação brasileira sobre o assunto.

Parte industrial: 1º Matérias primas; 2º Extração dos produtos; 3º Refinação, clarificação, desodorização, desmargarinização, etc.; 4º Aproveitamento de subprodutos; 5º Aparelhamento industrial; 6º Hidrogenação dos produtos gordurosos; 7º O óleos como alimentos, combustíveis e lubrificantes; 8º Sabões e glicerina; 9º Indústria da estearina, velas; 10º Óleos medicinais; 11º Sulforicínatos.

A diretoria da Sociedade Brasileira de Química vai organizar conjuntamente com a reunião geral uma exposição de máquinas para essas indústrias dos produtos gordurosos, ceras e resinas, indústrias derivadas.”

A SBCh, ao divulgar o evento, indicava a associação de estudos da composição química, extração, refino e purificação a partir de fontes naturais, à produção e ao valor industrial das matérias oleaginosas. A discussão de todos esses assuntos tinha o intuito de desenvolver e melhorar a organização industrial da época, aprimorar os fatores comerciais e incrementar a cultura das plantas

oleaginosas, e reconhecer sua importância econômica. Assim, o evento trataria do estudo agrícola, químico, comercial e industrial de substâncias gordurosas, ceras e resinas brasileiras (ANAIS, 1927), exemplo da relação da química com diversas outras áreas. Coube a Joaquim Bertino, grande entusiasta do tema, a organização do Primeiro Congresso. Ele lançou mão da mídia impressa e de viagens a cidades de vários estados da Federação para divulgação (JORNAL DO BRASIL, 1924a).

Sua divulgação no país e no exterior

Nos meses subsequentes, já se tinha a adesão de representantes dos setores de pesquisa e da indústria, incluindo organismos estrangeiros: consulados, embaixadas e representantes de empresas (O PAIZ, 1924b; JORNAL DO BRASIL, 1924b; A NOITE, 1924a,b), vindo a suscitar o seguinte comentário (O PAIZ, 1924c): *“É de esperar que sendo esta a primeira reunião geral da sociedade que se tratará no país, em reunião de industriais, comerciantes e químicos, do problema da indústria de matérias gordurosas, tenha uma grande concorrência de pessoas e trabalhos”*. A Sociedade Nacional de Agricultura e outros organismos ligados à agricultura e ao extrativismo também mostravam grande interesse pelo evento (O JORNAL, 1924b; O PAIZ, 1924d). Ele foi patrocinado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o apoio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, da Sociedade Nacional de Agricultura, da Associação Comercial de São Paulo, dentre outros organismos.

Questões econômicas

O apelo econômico do Primeiro Congresso de óleos era evidenciado pelo reconhecimento de que o Brasil possuía *“como nenhum outro país, reservas florestais de possibilidades infinitas. A sua produção em bagas oleíferas, resinas, sebos etc. pode ser levada ao extremo do máximo rendimento industrial e econômico. (...) É inconcebível o descaso que havemos demonstrado por essa cultura fácil e*

grandemente lucrativa, que nas colônias britânicas e holandesas do Oriente chegou a extremos de perfeição e abundância. (...) Devemos preparar-nos para suprir os mercados internacionais que, cada vez mais, carecem de óleos combustíveis, lubrificantes, medicinais e comestíveis. O petróleo não lhes basta à voracidade das indústrias mecânicas. (...) É preciso, de todo modo, valorizar cientificamente e economicamente essa fonte de imensa fortuna, abandonada nas florestas ou aproveitada medíocre e deficientemente". (O IMPARCIAL, 1924a). "Sabemos todos, por ouvirmos ou lermos as palavras de diferentes cientistas, que o solo brasileiro apresenta uma riqueza farta de produtos que o progresso da química teria admiravelmente transformado em outros países. (...) Fora disso, que é quase nada, tudo ignoramos. Tudo, não! Os brasileiros, todos sabem, e muito bem, que está no adiantamento da química a razão do progresso de vários países, e a esse propósito o exemplo da Alemanha é invocado a todo instante." (O PAIZ, 1924e). "A indústria oleífera ainda exige um forte amparo por parte do governo. Indústrias existem que é do interesse estrangeiro não as ver desenvolvidas aqui." (O PAIZ, 1924f).

A busca pela independência econômica do país era um eixo motivador relevante, pois se desejava chamar a atenção do governo e da sociedade para valorizar a produção nacional de óleos, manteigas, resinas e seus derivados, o que poderia diminuir a importação de tais produtos. Segundo Joaquim Bertino, para que a sociedade brasileira tomasse consciência da produção industrial e do emprego dessas matérias, era necessária a realização de um evento de tal proporção para reunir representantes da ciência capazes de auxiliar no desenvolvimento do potencial industrial nacional (ANAIS, 1927). Esse congresso marcava o início de um olhar da química no Brasil voltado para a sua situação social, política, econômica e científica em conjunto

Finalização dos preparativos

Inicialmente previsto para ocorrer de 7 a 12 de

setembro (O PAIZ, 1924a; O JORNAL, 1924a), a SBCh, no intuito de atender aos interessados e dar maior realce prático aos trabalhos, resolveu, após consultar o Ministro da Agricultura e as diretorias do Clube de Engenharia e da Sociedade Nacional de Agricultura, transferir o Primeiro Congresso de Óleos para o período de 15 a 22 de novembro (O PAIZ, 1924g). Esse adiamento foi bem recebido particularmente por interessados dos estados de São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Maranhão (A NOITE, 1924c). Mais adiante, novo adiamento se fez necessário por questões operacionais, ficando as datas definidas como sendo de 22 a 28 de novembro.

A Sessão Preparatória teve lugar em 21 de novembro no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, a sede do Primeiro Congresso de óleos. Em contraposição às reuniões anteriores (reuniões preparatórias), onde se discutiam a estruturação do evento, as comissões e grupos de trabalho, formas de divulgação etc., as Sessões Preparatórias visavam ao ajuste final de detalhes operacionais, confirmação da estrutura do evento e composição das comissões, nomes dos representantes de Estados (Figura 1) e organismos públicos e privados, de indústrias e do estrangeiro (O PAIZ, 1924 h). Os presidentes de Honra foram Arthur da Silva Bernardes (1875-1955), presidente da República (1922-1926), Wenceslau Braz (1868-1966) e Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), ambos ex-presidentes da República (1914-1918 e 1919-1922, respectivamente). Além deles, configuravam-se como vice-presidentes de honra, Miguel Calmon (1879-1935), ministro da Agricultura, João Gonçalves Pereira Lima (1864-1937) e Ildefonso Simões Lopes (1866-1943), ex-ministros da Agricultura, Francisco Sá (1862-1936), ministro da Viação, o senador Paulo de Frontin (1860-1934), presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o deputado Geminiano Lyra Castro (1863-1936), presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e José de Carvalho del Vecchio (1884-1940), presidente da Sociedade Brasileira de Química. Além dos cargos de honra, havia também cargos efetivos: Paulo de

Frontin, presidente; J. G. Pereira Lima, 1º vice-presidente; Ildefonso Simões Lopes, 2º Vice-presidente; José Del Vecchio, 3º Vice-presidente; Joaquim Bertino de Moraes Carvalho (Figura 2), secretário geral; Paulo Accioly de Sá e Alcides Franco, Primeiros Secretários; Hilário Leitão e Roberto de Mello Campbell, Segundos Secretários.



Figura 1: Grupo de representantes oficiais. Sentados, da esquerda para a direita: Prof. Dr. Eugenio Lindenberg, representante de São Paulo; Deputados Federais: Drs. Alves de Castro, representante de Goiás; Elyseu Guilherme da Silva, representante do Amazonas; Dr. Raymundo de Souza, representante do Pará; Deputado Federal Dr. Lindolpho Pessôa, representante do Paraná; Químico Industrial Raul Caldas e Eng. Alcides Franco, representante do Rio Grande do Norte; Eng. Benvindo Novaes, representante do Espírito Santo, e Dr. Lourenço Granato, representante de São Paulo (ANAIS, 1927).



Figura 2: Joaquim Bertino, delegado para organizar o 1º Congresso Nacional de Óleos, tendo à sua esquerda o seu secretário Sr. Vigilio Lambel, e à sua direita o Sr. Walter Barbosa Pinto, datilógrafo. Fotografia tomada no Clube de Engenharia, onde funcionou a Secretaria do Congresso de Óleos (ANAIS, 1927).

Ainda na Sessão Preparatória, o Congresso foi dividido em três seções centrais, que abarcavam o conjunto das principais discussões elencadas na reunião de janeiro de 1924. Cada uma delas tinha uma comissão (Tabela 1). O evento ficou assim estruturado: uma sessão preparatória, uma sessão inaugural, conferências e uma sessão de encerramento.

Primeira Seção - Agricultura

Esta seção estava focada no *“Estudo agrícola das plantas oleaginosas. Um estudo agrícola e econômico de cada planta produtora de matéria oleaginosa deverá ser feito de maneira que seja determinada a zona que se acha em cada Estado da União, sua classificação botânica, trabalhos culturais, solo, adubações e clima que exige para seu desenvolvimento, cálculo do custo e valor de produção. Estatísticas agrícolas de produção, exportação e importação. Insetos úteis e nocivos às plantas oleaginosas no Brasil. Meios que devem ser empregados para o desenvolvimento da cultura das plantas que mais nos convém e os processos econômicos e científicos que deverão ser adotados para o desenvolvimento das culturas preferidas. O crédito agrícola aplicação à indústria das matérias gordurosas.”* (ANAIS, 1927). Estava em jogo conhecer o Brasil, suas regionalidades, o que se tinha em mãos para nosso desenvolvimento.

Segunda Seção - Científica

A segunda seção do congresso tinha como preocupação o desenvolvimento prático e científico no uso das plantas, a formação de materiais gordurosos, riqueza de sua matéria prima, com o objetivo de avaliar seus potenciais farmacêutico, medicinal e químico, além do estudo de sua extração, refinação, clarificação, desodorização entre outros. O que mais se destaca, nesta segunda mesa, é a preocupação com fraudes e falsificações das substâncias gordurosas. Preocupação esta que estava ligada a processos clandestinos de extração e também à forma de combater tais ilicitudes que, sem dúvida,

eram um obstáculo à indústria nacional que apostava nesse congresso.

Tereira Seção - Indústria e Comércio

Esta seção ocupava-se da discussão da aplicação dos conhecimentos adquiridos no campo da própria indústria e do comércio. Com o processo de modernização no Brasil, a indústria ocupava um local central a ser discutido. Percebe-se em sua comissão que a química que estava ali sendo debatida não poderia estar fora deste processo. Era necessário mostrar que as aptidões dos pesquisadores eram importantes para o processo de modernização nacional, e com isso a indústria. Fica mais perceptível tal questão quando, no chamamento da própria mesa, uma das principais preocupações era o mapeamento das fábricas no território brasileiro. Igualmente, era necessário entender o solo brasileiro e nossas riquezas, para definir como se daria o processo de modernização industrial.

O Brasil sempre foi um país exportador de produtos primários (*commodities*) com foco voltado aos produtos agrícolas. Mas a discussão desencadeada pelo congresso poderia dar condições aos processos vindouros de industrialização e uma ampliação para a política de exportação e importação, e também de produção científica.

As sessões eram dirigidas por um presidente efetivo e todos os membros poderiam apresentar trabalhos. Os sócios da Sociedade Brasileira de Química, do Clube de Engenharia e da Sociedade Nacional de Agricultura eram considerados membros do evento. Os congressistas tiveram, no máximo, 10 min para falar sobre cada conclusão e 20 min sobre todo o trabalho apresentado, de acordo com a permissão da assembleia. Os pareceres deveriam ser aprovados e relatados pela Comissão de Unificação das Conclusões e pela Comissão Permanente para, desta forma, entrarem no plenário. Diferente do que ocorre atualmente, os congressistas recebiam um parecer, após sua apresentação, o qual dizia se a publicação, parcial ou total, do seu trabalho nos anais

seria plausível e se este era original.

Tabela 1
Comissões responsáveis por cada sessão do Primeiro Congresso de Óleos.

Cargo	1ª Sessão	2ª Sessão	3ª Sessão
Presidente	Pacheco Leão	Simões Lopes	Pereira Lima
1º Vice-presidente	Torres Filho	Mário Saraiva	Dionysio Bentes
2º Vice-presidente	Alves Costa	José Agostinho	Delfim Carlos
1º Secretário	Carlos Duarte	Luiz Cerqueira	Thomaz Coelho
2º Secretário	Alpheu Domingues	Arthur Hollanda	Afonso Costa

Fonte: Anais (1927)

A programação geral do Primeiro Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e seus Derivados, se acha descrita no Quadro 1 (ANAIS, 1927). Todos os entes da Federação se fizeram representar no evento.

Quadro 1
Programação Geral do Primeiro Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados.

"Trazei-nos a vossa cooperação, porque o programa desta indústria depende também de vós. Não guardai no vosso cérebro e nem na vossa gaveta, as vossas ideias, porque deste modo não cooperareis para o engrandecimento e independência econômica do Brasil. Visitai na Sala de Recepção a nossa Exposição Industrial."

PROGRAMA

Dia 22 de Novembro (Sábado)

20 ½ horas – Abertura do Congresso, inauguração da exposição de máquinas e produtos oleaginosos.

Dia 23 (Domingo)

16 horas – Concerto musical no Palácio das Festas.
20 horas – Homenagem do "Cinema Avenida".
22 horas – Homenagem do "Cine-Teatro Central".

Dia 24 (Segunda-feira)

9 ½ horas - Reunião da Seção de Agricultura. Leitura dos trabalhos e pareceres – Salão de Honra.
10 ½ horas – Reunião da Seção Científica – Leitura dos trabalhos e pareceres – Sala do Conselho Diretor.
16 horas – Reunião da seção "Indústria e Comércio" – Salão de Honra.
20 ½ horas – CONFERÊNCIAS (Salão de Honra)
"Indústria de Óleos Vegetais na Argentina" pelo Sr. Engenheiro Joaquim Bertino.
"A Técnica Moderna na Indústria dos Corpos Gordurosos" pelo Engenheiro J. Pepin Lehalleur.

Dia 25 (Terça-feira)

9 ½ horas – Visitas ao Instituto de Química e ao Jardim Botânico.
15 ½ horas – Reunião da Seção de Agricultura – Salão do Conselho Diretor – Reunião da Seção Científica – Sala de Leitura.
16 horas – Reunião da Seção Indústria e Comércio – Salão de Honra.

Dia 26 (Quarta-feira)

9 ½ horas – Reunião das Seções Agricultura e Científica para continuação dos trabalhos e discussões das conclusões – Sala do Conselho Diretor e da Leitura.
16 horas – Reunião da Seção Indústria e Comércio – Sala de Honra.

Dia 27 (Quinta-feira)

9 ½ horas – Reunião das Seções 1º e 2º nas mesmas salas.
15 ½ horas – Continuação dos trabalhos destas seções.
16 horas – Reunião da Seção Indústria e Comércio.

Dia 28 (Sexta-feira)

9 ½ horas - Reunião das Seções 1º e 2º nas mesmas salas.
13 ½ horas – Reunião da Comissão de Unificação das Conclusões – Salão do Conselho Diretor.
15 ½ horas – Plenário Salão de Honra.
19 ½ horas – Jantar íntimo dos Congressistas.
21 ½ horas – Seção de encerramento do Congresso.

Os Srs. Congressistas gozam em nossos cinemas de 50% de abatimento nas entradas, mediante apresentação de seus cartões de identidade.
As adesões ao jantar íntimo deverão ser deixadas na Portaria do Clube de Engenharia.

O Serviço Fotográfico do 1º Congresso de óleos fo i confiado ao "Foto Phoebu".

REPRESENTANTES OFICIAIS

ACRE – Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos.
AMAZONAS – Deputado Federal Monteiro de Souza.
PARÁ – Senador Dr. Dionísio Bentes, Drs. Raymundo de Souza e José Pantoja Leite.
MARANHÃO – Drs. Alfredo Benna e José Ribamar Teixeira Leite.
PIAUI – Engenheiro João Luiz Ferreira, ex-Governador do Estado.
CEARÁ – Deputado Federal Dr. José Lino da Costa.
R. G. NORTE – Deputado Federal Dr. Juvenal Lamartine, Químico Raul Caldas e Engenheiro Alcides Franco.
PARAÍBA – Deputado Federal Dr. Oscar Soares.
PERNANBUCO – Deputado Federal Dr. Correia de Brito.
ALAGOAS – Deputados Federais Drs. Nataliello Cambom, Rocha Cavalcanti e Luiz Silveira.
SERGIPE – Dr. Paulo Garins.
BAHIA – Deputado Federal Dr. Octavio Mangabeira.
ESPIRITO SANTO – Engenheiro Benvenuto Novaes.
ESTADO DO RIO – Engenheiro Archimedes Lima Camara.
DISTRITO FEDERAL – Engenheiro Prof. Evaravnt de Backeuser.
SÃO PAULO – Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura de S. Paulo, que assistirá à Sessão Inaugural do Congresso de óleos, Professor Dr. Eugenio Lindenberg e Dr. Lourenço Granato.
PARANÁ – Deputado Federal Dr. Lindolpho Pessôa.
S. CATARINA – Deputado Federal Cel. Elyseu Guilherme da Silva.
RIO GRANDE DO SUL – Engenheiro Augusto Pestanna.
MINAS GERAIS – Dr. Theophilo Ribeiro.
GOIÁS – Deputados Federais Drs. Alves de Castro, Olegario Pinto e Joviniano de Castro.
MATO GROSSO – Senador José Murinho.

MUNICÍPIOS

BELÉM (PARÁ) – Senador Dionísio Bentes, Drs. Raymundo Felipe de Souza e José Pantoja Leite.
CURRALINHO (PARÁ) – Dr. Raymundo Felipe de Souza.
S. LUIZ (MARANHÃO) – Dr. Alfredo Benna.

MINISTÉRIOS

AGRICULTURA – Drs. J. Freitas Machado, Alfredo de Andrade e Mario Saraiva.
GUERRA – Cel. Engenheiro Ribeiro de Vasconcellos.
MARINHA – Capitão de Corveta Chimico Augusto de Queiroz Lopes.
JUSTIÇA – Drs. Alfredo Leal de Sá Pereira e José Thompson Motta.
VIAÇÃO – Engenheiro Francisco Sá Lessa.

CHEFATURA DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Dr. José Pacheco Dantas.

ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO

1º Tenente Farmacêutico Oscar Filgueiras.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA E INSTITUTO DE HIGIENE INDUSTRIAL E PROFISSIONAL

Drs. Mario Magalhães, José de Alencar Teixeira Coimbra, Ernesto Tibau Jr. João Ramos e Silva e Martinho de Lima Guimarães.

ACADEMIA DE COMERCIO DO RIO DE JANEIRO

Drs. Plinio Olintho, Paulo Faria e Luiz Candido Mendes de Almeida.

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

Engenheiro José Nogueira de Sá.

ESCOLA POLITÉCNICA DO RIO DE JANEIRO

Engenheiro Julio Koeller.

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL

Dr. Octavio Mangabeira e Engenheiro Archimedes de Siqueira Gonçalves.

ESCOLA POLITÉCNICA R. G. DO SUL (CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL)

Engenheiro Leovigildo Paiva.

ESCOLA DE ENGENHARIA DE BELO HORIZONTE E INSTITUTO DE QUÍMICA

Químico Prof. Alfredo Schaeffer.

ESCOLAS DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA E DE FARMÁCIA DO PARÁ

Dr. Raymundo Felipe de Souza.

ESCOLA MINEIRA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Engenheiros: Francisco Alves da Costa e Dário Gonçalves.

SOCIEDADE DE QUÍMICA INDUSTRIAL DA FRANÇA

Engenharia J. Pepin Lehallleur.

SOCIEDADE MARANHENSE DE AGRICULTURA

Dr. Alfredo Benna.

DIRETORIA DO SERVIÇO DO ALGODÃO DO E. DA PARAÍBA DO NORTE

Dr. Alpeu Domingues.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Cel. Conrado de Niemeyer.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

Engenheiro Leovigildo Trindade.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS

Engenheiro Leovigildo Trindade.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO

Dr. Alfredo Benna

A ABERTURA

A sessão solene de inauguração do Primeiro Congresso Nacional de Óleos foi realizada no dia 22 de novembro de 1924 às 20:30 h, sob a presidência de Waldemiro Gomes Ferreira (Figura 3).

O presidente da Sociedade Brasileira de Chimica, José de Carvalho del Vechio, pronunciou o discurso de abertura. Em seguida, Dermeval Sá Lessa enalteceu a finalidade do congresso, o qual iria impulsionar a indústria de óleos vegetais no Brasil, e Joaquim Bertino contou uma breve história do 1º Congresso de Óleos, na qual fala sobre o surgimento da ideia, as pessoas envolvidas, as mídias divulgadoras, entre outros aspectos relativos à organização do congresso. O espírito de ânimo, sentimento de dever cumprido e o desafio de inovação na organização do campo científico ficam expostos, claramente, nos anais do Primeiro Congresso. Joaquim Bertino fez um discurso no qual afirmava estar extremamente feliz por estar contribuindo com seus serviços ao país e à coletividade:

“Sou convicto das falhas existentes na minha orientação que me deixastes dar ao 1º Congresso de Óleos. São extraordinárias, eu bem sei, e com máxima segurança eu vos afirmo, de que irei transformá-la sob todos os seus aspectos ao Brasil, nossa pátria, e ao qual devemos sempre amar com bondade e fé no seu progresso moral e material. Eu vos confesso, cheio de entusiasmo, que confio ardentemente no êxito deste Congresso para o Brasil. (ANAIS, 1927)

Esse trecho demonstra a orientação citada anteriormente do objetivo do desenvolvimento nacional, sua soberania e, também, a preocupação com o corpo científico e a sociedade brasileira. Era uma visão de antecipação do desenvolvimento futuro da química no Brasil.



Figura 3: Mesa que presidiu a Sessão Inaugural do 1º Congresso de Óleos, vendo-se ao centro o representante do Presidente da República, tendo a sua direita, o Deputado Ildefonso Simões Lopes, ex-Ministro da Agricultura, e Dermeval Sá Lessa, representante do Ministro da Agricultura; à sua esquerda, José del Vecchio, presidente da Sociedade Brasileira de Química (de pé); J. G. Pereira Lima, ex-Ministro da Agricultura, e Joaquim Bertino (ANAIS, 1927).

AS CONFERÊNCIAS

No Primeiro Congresso de Óleos, aconteceram três conferências (ANAIS, 1927).

A indústria de óleos vegetais na Argentina, Chile e Uruguai

Joaquim Bertino proferiu a conferência sobre a criação de indústrias de óleos vegetais nesses três países, grandes importadores de produtos oleaginosos. Bertino visava mostrar toda a política de valorização da terra, da mão de obra e dos seus técnicos. Nessa conferência também foi abordada a questão da legislação. Após realizar toda a análise e cálculo do custo de produção, era obrigação do governo legislar amparando às indústrias quanto a fraudes e falsificações. Esta campanha teve início na Argentina.

O Brasil, segundo Bertino, possuía óleos que não eram produzidos na Argentina, tinham aplicações variadas e poderiam ser explorados, como o óleo de babaçu, coco da Bahia, pissava, ucuri, etc. A indústria de óleos, portanto, era a que, naquela época, oferecia o futuro mais seguro para o Brasil. Bertino quis alertar o país da capacidade de melhorar as probabilidades agrícolas e industriais: o Brasil precisava de mais

pesquisas agrícolas e científicas para melhorar a economia industrial.

Indústria das matérias graxas

A conferência denominada “*A Técnica Moderna na Indústria das Matérias Graxas*” foi proferida pelo engenheiro Jean Pepin Lehalleur (1885-1959), da Missão Militar Francesa. O trabalho apresentava um estudo sobre como fazer o mercado de matérias graxas se tornar rentável, desde a mão de obra até o rendimento da produção.

O método de extração utilizado na época empregava benzeno e dissulfeto de carbono. Os óleos extraídos, no entanto, não eram utilizáveis para a alimentação, uma vez que os corpos graxos não haviam sido removidos por completo. Posteriormente, esses solventes foram substituídos por tetracloreto de carbono e tricloroetileno, muito menos perigosos no manejo e não inflamáveis. Mais tarde, começaram a utilizar solventes miscíveis em água, como a acetona, porém o custo era bem maior. No entanto, o método de prensagem mostrou-se mais eficiente pois o produto podia ser utilizado na alimentação, o que lhe conferia maior valor comercial.

Outras etapas do processo também foram consideradas no trabalho. Foram mais valorizadas as técnicas em que os resíduos pudessem ser aproveitados como alimento para animais. Uma delas é a técnica de branqueamento, na qual é mais “vantajoso ambientalmente” (*sic*) o uso de ácido crômico e peróxido de benzoíla.

Sementes oleaginosas da Amazônia

A terceira conferência foi proferida pelo Dr. João Geraldo Kulmann (1882-1958), do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que inicialmente falou sobre sua experiência em Belém, como técnico, nas investigações sobre a cultura da borracha na Amazônia e estudos relacionados. As análises foram feitas no Instituto de Química, cujo diretor era Mario Saraiva. Neste estudo distinguiram-se as vantagens das plantas para a indústria, culinária, medicina,

famílias cultivadoras, e o látex para as resinas. Segundo Kulmann, nenhuma outra parte do mundo possuía uma tão variada gama de sementes oleaginosas.

Em seu trabalho, Kulmann citou a porcentagem de óleo que continha em cada semente analisada no instituto e concluiu que todas as sementes possuíam mais de 35% m/m em óleo. As famílias de vegetais, segundo o autor, que possuem o maior número de espécies de sementes oleaginosas são as das Palmeiras, das Leguminosas e das Rosáceas. Ainda de acordo com o trabalho, a maior aplicação dos óleos é como combustíveis e lubrificantes, sendo usados também para confecção de sabonetes e sabões, nas artes (pintura), na culinária e como sementes medicinais.

O Brasil, que possui abundância e variedade de sementes oleaginosas, apresentava grande potencial para ser um dos maiores produtores e exportadores naquela época. Por isso, empresas estrangeiras estavam atentas quanto a nossas riquezas, como o babaçu, que era uma das maiores fontes de riqueza do Maranhão e a exploração dos seringueiros da borracha. É nesse sentido que Kulmann propunha, em seu trabalho, evitar a sobrecarga de impostos proibitivos e a criação de medidas de proteção e estímulo para a exploração das sementes que existiam em abundância. Sua intenção era multiplicar o mercado que já existia, como o da borracha. O trabalho foi concluído como um alerta para que os brasileiros dessem mais atenção às suas próprias riquezas.

Os trabalhos

O Quadro 2 apresenta os trabalhos cujos textos foram publicados nos anais do Primeiro Congresso de Óleos. São 44 trabalhos de 27 autores diferentes. Embora se destaquem o Estado de São Paulo e o Distrito Federal (Rio de Janeiro), há uma significativa contribuição dos estados do Nordeste e do Norte, regiões com excepcional potencial para produção de oleaginosas. Há um relativo equilíbrio entre as três Seções do Congresso em relação aos trabalhos que

figuram nos anais.

QUADRO 2

Trabalhos publicados nos anais do I Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados

Título do Trabalho	Autor(es)	Origem
Tortas oleaginosas	Dr. Arthur Kendall	
Estudo de purificação do óleo de algodão e pelo álcool etílico	Antônio Furia, químico industrial	São Paulo
Do emprego do óleo de algodão como sucedâneo do óleo de oliva na preparação do óleo canforado injetável	Virgílio Lucas, farmacêutico militar	L.C.P. Militar, Rio de Janeiro
Da exploração industrial do amendoim	Armando Tavares Gonçalves	Rio de Janeiro
Estudo do óleo de andiroba	Marino Jordão da Rosa, químico industrial	Rio de Janeiro
O babaçu no Maranhão	Luiz R. de Brito Passos	Maranhão
O coco babaçu	J. Ribamar Teixeira Leite, químico industrial	Maranhão
Estudo do óleo das sementes da palmeira "babaçu"	Prof. Dr. Schaeffer	Maranhão
O coco babaçu – O seu comércio no Maranhão	Alfredo Benna	Maranhão
Memorial sobre estudos e experiências feitas para quebrar mecanicamente o "coco babaçu"	Emilio Hugin	Rio de Janeiro
Indústria do coco babaçu	Willy Schmidt	Maranhão
Os óleos de bacaba e de patuá como sucedâneos do azeite de oliveira	Luiz Cardoso de Cerqueira, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Laboratório Bromatológico do Departamento Nacional de Saúde Pública	Rio de Janeiro
A carnaubeira (sua defesa e exploração)	Sem autor	Região Nordeste
A nossa importação e exportação de cera de abelhas e a conveniência de se impulsionar a apicultura entre nós	Lourenço Granato	São Paulo
Importância econômica do coqueiro no Brasil	Dario Tavares Gonçalves, engenheiro agrônomo	Bahia
Pode-se dizer manteiga de coco? (Estudo geral e aplicado da legislação das substâncias gordurosas vegetais)	Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, engenheiro agrônomo	Rio de Janeiro
Manteiga do coco "Brasil" (Memorial)	Giorgi, Picosse e Cia - Fábrica em São Caetano	São Paulo
LANOLINA – Beneficiamento da lã de carneiro e aproveitamento da lanolina	Felix Guimaraes, Museu Nacional	Rio de Janeiro
Análise e estudo sobre o óleo de linhaça	Carlos Eugênio Nabuco de Araújo Jr., químico industrial	Rio Grande do Sul
Contribuição ao Estudo das constantes físico-químicas das manteigas nacionais	Luiz Cardoso de Cerqueira	São Paulo
Contribuição para o estudo da indústria extrativa de matérias primas oleaginosas e da indústria de óleos, sebos e manteigas vegetais do Brasil	Raymundo Felipe de Souza, Dionysio Bentes e Pantoja Leite	Pará
Contribuição do Instituto de Química ao conhecimento dos óleos nacionais	Eugenio Lindenberg	São Paulo
"Breves notas sobre a utilidade de promover e intensificar a cultura da oliveira no Brasil" do Dr. Nicolau Debane"	Lourenço Granato	São Paulo
Óleos e gorduras animais. Indústria e análise	J. Sampaio Fernandes	Região Sul
Contribuição sobre a indústria do óleo e adubo de peixes (não possui parecer)	Luiz M. Pinto de Queiroz	São Paulo
As possibilidades do Estado da Paraíba do Norte na indústria dos óleos vegetais	Alpheu Domingues	Paraíba

Protecionismo e Patriotismo	Joaquim Bertino de Moraes Carvalho	Rio de Janeiro
Indústria de matérias graxas no Rio Grande do Norte	Raul Caldas, químico industrial	Rio Grande do Norte
A indústria de sabão em S. Paulo	Lourenço Granato	São Paulo
Devemos ou não proibir a exportação das farinhas e farelos de tortas oleaginosas?	Lourenço Granato	São Paulo
Estudo analítico das sementes de tucum (<i>Beatris Maraja</i>) do Estado do Maranhão	J. Ribamar Teixeira Leite	Maranhão
Os óleos, gorduras, ceras, resinas e seus derivados no estado de São Paulo – Contribuição da Associação Comercial de São Paulo	J. B. Monteiro e Cia.	São Paulo
Óleos, Gorduras, Ceras, Resinas e seus derivados – estatística do comércio do Porto de Santos – movimento de importação 1922-1923	Dados	Santos
Óleos, Gorduras, Ceras, Resinas e seus derivados – estatística do comércio do porto de Santos – movimento de exportação 1922-1923	Dados	Santos
Fábrica de óleos no Estado de São Paulo	Lourenço Granato	São Paulo
A nossa exportação de sementes oleaginosas	Lourenço Granato	São Paulo
Importação e exportação de gorduras vegetais e a agricultura brasileira	Lourenço Granato	São Paulo
Importação e exportação de gorduras animais	Lourenço Granato	São Paulo
A nossa importação e exportação de substâncias gordurosas, resinosas, etc. no ano de 1922		
Importação brasileira de substâncias gordurosas relativas no ano de 1922	Lourenço Granato	São Paulo
Especificações técnicas para aquisição e escolha das matérias graxas, óleos e produtos graxos – usados nas indústrias militares	Arlindo de Araújo Vianna, farmacêutico, Arsenal de Guerra	Rio de Janeiro
Aproveitamento de materiais oleaginosos no fabrico do carvão vegetal	Jean Pepin Lehalleur	Sociedade de Química Industrial da França



Figura 4: Mesa da Sessão de Encerramento do 1º Congresso Nacional de Óleos, vendo-se ao centro J. G. Pereira Lima, Vice-Presidente de honra do Congresso, tendo à sua direita José de Freitas Machado, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Química (de pé), e Joaquim Bertino, Secretário Geral; à esquerda, o Capitão J. M. Polônia representante do Ministro da Justiça, e Dermeval Lessa, representante do Ministro da Agricultura. (ANAIS, 1927)

O professor Freitas Machado proferiu um discurso referente ao evento. Em seguida, Dermeval Sá Lessa improvisou um breve discurso enaltecendo os fins do Congresso e o apoio recebido pelo Ministro da Agricultura, a quem representava. Logo após, Raul Caldas, representante do Rio Grande do Norte, demonstrou sua satisfação com o evento e apoio para que, na reunião seguinte, fosse abordada a temática do congresso visando finalidades econômicas. Para encerrar a sessão, Freitas Machado proferiu um longo discurso sobre o passado, o presente e o futuro da indústria de óleos.

Os anais do Primeiro Congresso foram publicados juntamente com os do Segundo em volume único em outubro de 1927 (ANAIS, 1927), “*impresso em tipo agradável à leitura contendo desenvolvidas informações sobre os assuntos discutidos se deliberados nas duas conferências. É uma publicação curiosa e muito instrutiva porque, além dos documentos e atas dos primeiro e segundo congressos, insere memórias e estudos científicos feitos sobre as matérias que forma objeto de discussão. Muito há, portanto, a se aprender nesse trabalho. Chamamos por isso, a atenção dos interessados na indústria dos óleos para os Anais do Congresso, visto constituírem-se eles, no momento, o*

A sessão solene de encerramento

A sessão solene de encerramento do Primeiro Congresso Nacional de Óleos ocorreu sob presidência do J. G. Pereira Lima, ex-Ministro da Agricultura, juntamente com José de Freitas Machado e Joaquim Bertino, e os representantes dos Ministros da Agricultura e da Justiça, no dia 28 de novembro às 21:30 h. A composição da mesa pode ser observada na Figura 4; muitos congressistas também prestigiaram o encerramento do evento.

melhor repositório de informações e ensinamentos pertinentes ao assunto” (O GLOBO, 1927a).

A parte referente ao Primeiro Congresso contém 320 páginas, incluindo reuniões, discursos, projetos e textos de trabalhos. A Revista Brasileira de Engenharia (REVISTA, 1927) publicou de dezembro de 1924 a janeiro de 1926 notas e transcrições de trabalhos apresentados no Primeiro Congresso. Alguns trabalhos oriundos de estados distantes da capital federal foram publicados em jornais das respectivas capitais, como “Estudo analítico do coco babaçu”, de J. Ribamar Teixeira Leite, representante do Maranhão (LEITE, 1925a,b). Outros deram destaque às conclusões do evento (JORNAL, 1925).

Os anais do Primeiro Congresso marcam de forma clara “*o intuito de realizar o maior número possível de investigações científicas sobre óleos brasileiros conhecidos ou desconhecidos*”; convocar todos os institutos relacionados à pesquisa dessa área a estabelecer pesquisas sobre o tema, com a perspectiva de desenvolver, potencialmente, a capacidade de uso de todos esses materiais: óleo, resinas, gorduras e derivados, com vistas a estimular o desenvolvimento industrial e econômico.

O Segundo Congresso de Óleos

O Segundo Congresso Nacional de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados aconteceu em São Paulo, promovido pela Associação Comercial de São Paulo, no período de 29 de maio a 5 de junho de 1927, conforme proposta formulada por esta Associação e aprovada na sessão de encerramento do Primeiro Congresso. O local foi o Palácio das Indústrias, cedido pelo governo estadual. A SBCh não organizou efetivamente o Segundo Congresso, tendo sua participação restrita à parte científica do evento e na pessoa de Joaquim Bertino, um dos membros da Comissão Executiva.

As primeiras reuniões ocorreram em março de 1925 (O JORNAL, 1925), e a estruturação acertada foi a mesma do Primeiro Congresso: 1ª Seção (Agricultura); 2ª Seção (Científica); 3ª Seção (Indústria

e Comércio) (CORREIO, 1925; MEDICAMENTA, 1925). Foram ainda previstas uma exposição industrial, visitas técnicas e a divulgação no exterior (O PAIZ, 1925).

A abertura do Segundo Congresso estava prevista para 21 de novembro de 1926, mas decidiu-se pelo adiamento para abril ou maio de 1927 para que se realizasse após a publicação dos Anais do Primeiro Congresso, e que a Comissão pudesse receber um auxílio maior do Governo Federal, do Governo Estadual e das indústrias (O GLOBO, 1927b). A Sessão Preparatória ocorreu na sede da Associação Comercial de São Paulo em 29 de maio de 1927.

Os presidentes de honra foram Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, e Gabriel Ribeiro dos Santos (1873-1938), Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Os Vice-Presidentes de honra foram Francisco Sá (1887-1977), Ministro da Viação, J. G. Pereira Lima, Paulo de Frontin e Idelfonso Simões Lopes. A Comissão Executiva (Figura 5) era presidida por Carlos de Paiva Meira (1890-1927, Associação Comercial de São Paulo), tendo como 1º Vice-Presidente, Eugênio Lindenberg (1869-1944) e como 2º Vice-Presidente, Joaquim Bertino. O Secretário-Geral foi Leovigildo Trindade e a tesouraria era a da Associação Comercial de São Paulo. O regimento e o programa foram os mesmos do Primeiro Congresso de Óleos (ANAIS, 1927). Diferentemente do Primeiro Congresso, quando todos os entes federativos estavam representados, na segunda edição não enviaram representantes Acre, Piauí, Ceará, Alagoas e Bahia. Os Ministérios da Marinha, da Guerra e da Justiça se fizeram presentes, bem como 32 instituições brasileiras. Ao contrário da primeira edição, não houve representação estrangeira no Segundo Congresso.

Este congresso teve o patrocínio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Em um desenvolvimento efervescente devido à política de exportação cafeeira, São Paulo apresentava-se como o centro político e econômico

que a cidade viria efetivamente a tornar-se (CORREIO PAULISTANO, 1927a). Para Carvalho e Pereira (1995) vários acontecimentos permitiram a São Paulo torna-se uma potência econômica no país com a transição para o Brasil República, mas uma questão significativa era em relação à burguesia paulista que, ao manter a unidade no processo de acumulação do capital, usou o Estado como um mecanismo de apoio e um agente neste processo (CARVALHO E PEREIRA, 1995).



Figura 5: Comissão Executiva efetiva do Segundo Congresso de Óleos. Da esquerda para a direita, sentados: Luiz M. Pinto de Queiroz, Jacques d'Arié, Eugênio Lindenberg e Lourenço Granato; em pé, Antônio Furia e, ao centro, Joaquim Bertino.

Os congressistas (Figuras 6 e 7) participaram, novamente, de seções de debates que não se modificaram do Primeiro para o Segundo Congresso. Mantiveram-se os mesmos pontos de interesse de discussão, o que se compreende quando se leva em conta que o sucesso do Primeiro Congresso construiu um balizador do pensamento científico químico e sua influência no campo da indústria, comércio e modernização.

Na seção de agricultura, o Segundo Congresso de Óleos pediu ao governo federal os seus bons ofícios no sentido de ser feito um estudo botânico das nossas plantas oleaginosas; ser levantada a estatística agrícola de produção, exportação e importação dos óleos vegetais, ceras e resinas, e seus derivados; de serem diminuídos os impostos estaduais, municipais etc. existentes para as plantas oleaginosas; de ser feita uma propaganda em prol do

cultivo das plantas oleaginosas em zonas devidamente delimitadas, protegendo as culturas contra a destruição pela queima, derrubadas e pelo emprego no comércio dos palmitos oleaginosos; por fim, mostrou a necessidade urgente de diminuir as tarifas atuais das estradas de ferro para as sementes oleaginosas e seus subprodutos, e a exigência de uma legislação nacional para garantia do consumidor nacional e estrangeiro contra as fraudes, etc. (O PAIZ, 1927a,b; ANAIS, 1927).



Figura 6: Grupo de Congressistas que tomaram parte no banquete oferecido pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura e Presidente de Honra do Congresso, que é o quarto, a contar da esquerda; tendo à sua direita, o Dr. Pires do Rio, prefeito de S. Paulo. (ANAIS, 1927)



Figura 7: Grupo de congressistas visita a fábrica de óleo e manteiga vegetal de coco Brasil, em 30 de maio de 1927. (ANAIS, 1927)

O Segundo Congresso foi marcado ainda pela discussão da importância do papel do Estado como um propulsor no desenvolvimento científico, como se percebe na Seção Científica. Nela, salienta-se a resolução do Congresso em que nomeou delegados para tratar da uniformização dos métodos de análises de substâncias gordurosas e derivadas, de maneira que no próximo Congresso se possa adotar os melhores métodos para fiscalização das substâncias gordurosas, etc. Outra resolução relevante foi a que pedia ao governo federal para acabar em alguns departamentos com o *parasitismo científico*, de maneira que as análises químicas sejam assinadas pelos analistas e não pelo diretor, a não ser que tenha feito a análise. Havia pedidos ao Estado para investimento em laboratórios; políticas que desenvolvam estruturas materiais que deem condições à produção científica; investimento na formação de profissionais por meio da instalação de laboratórios de óleos, onde seriam ministrados os ensinamentos práticos indispensáveis.

A Seção de Indústria e Comércio teve maior relevância por ter visado todos os problemas relativos à indústria e ao comércio das substâncias gordurosas, seus subprodutos e derivados. Nela se discutiu a questão crucial da legislação das substâncias gordurosas, tendo sido aprovada ampla maioria um anteprojeto de *Legislação das Substâncias Gordurosas e Derivados*. Essa proposta discutia os caminhos percorridos no Primeiro Congresso e, como o mesmo apontava, para o desenvolvimento do Brasil em comparação ao próprio continente, afirmando que, mesmo com todo o avanço produzido pelo Primeiro Congresso, o progresso industrial estava muito aquém do que se esperava, exceto em São Paulo, e muito dessa questão encontrava-se devido, ainda, à falta de regulamentação (ANAIS, 1927). O Segundo Congresso de Óleos, tratando da criação do Instituto Nacional de Óleos, reconheceu o mérito do trabalho do ex-deputado Dr. Cezar Magalhães, pediu ao governo da União a aprovação do referido projeto, por constituir um meio seguro de garantir o progresso permanente

da indústria dos gordurosos, (O PAIZ, 1927b) incluindo um aperto do cerco contra falsificações e extravio de óleos.

A principal discussão sobre a regulamentação havia sido feita, no Primeiro Congresso, por Joaquim Bertino. A continuação da discussão no Segundo Congresso é também uma proposta de Bertino. Entre as preocupações do comércio, havia também um olhar sobre o setor alimentício, não por mero detalhe, pois era um setor que apresentava um potencial de crescimento com o desenvolvimento da área de gorduras, óleos e derivados (Figura 8).

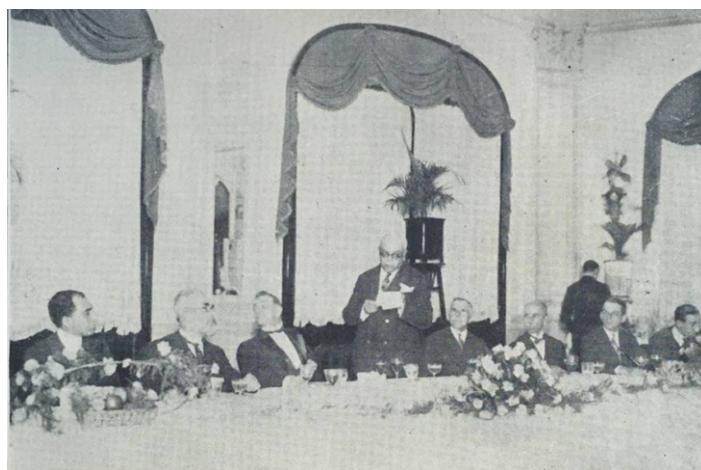


Figura 8: Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura, lendo o seu memorável discurso em que salienta o valor da indústria de óleos, tendo à sua direita Pires do Rio, Eugênio Lindenberg e Joaquim Bertino; à esquerda, Antônio de Assumpção, Mário Lyra, Archimedes Lima Câmara e Epiclete Fontes.

A preocupação de Bertino também estava ligada ao controle do mercado importador. A legislação conseguiria aplicar, economicamente, uma política protecionista que ajudaria o desenvolvimento da indústria nacional, fortalecendo-a no mercado nacional e internacional. O Segundo Congresso transpassa os limites apenas de discussões químicas *stricto sensu*, para uma discussão de políticas econômicas para o Brasil. Isso fica claro quando observa-se nos anais um profundo estudo dos preços em relação aos alqueires de produção de plantaço. Este estudo demonstra a capacidade, real, da defesa de regulação para o avanço da produção industrial

industrial no Brasil de óleos, gorduras, resinas e derivados.

Os anais do 2º Congresso foram publicados com 240 páginas, contendo as reuniões, atas, o projeto de legislação de substâncias gordurosas, as conclusões, 15 trabalhos de 14 diferentes autores, e o que foi acordado para um avanço tanto da sociedade, como do Estado e da indústria de oleaginosas. Todas as conclusões foram aprovadas após debates e apresentações dos trabalhos. Os trabalhos apresentados do Segundo Congresso estão no Quadro 3.

QUADRO 3

Trabalhos publicados nos anais do Segundo Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados

Título do Trabalho	Autor(es)	Origem
Utilização das plantas oleaginosas do Brasil para obtenção de energia – O Brasil país da hulha branca	Plínio de Queiroz, delegado da Associação Comercial de São Paulo	São Paulo
Especificações e métodos de análises das substâncias gordurosas, sabões, etc.	Antônio Furia, secretário geral do 2º Congresso de óleos, membro da Soc. de Química de São Paulo, da Soc. de Química da França e da American Chemical Society: químico industrial	São Paulo
Contribuição ao estudo dos óleos de algodão – correlação entre a germinação da semente, seu coeficiente de variabilidade e teor em óleo respectivo	Alcides Franco	Rio de Janeiro
Contribuição ao estudo das matérias primas oleaginosas do Brasil – amendoim nhamyquare	Antônio Furia	São Paulo
A semente e o óleo da <i>Joanesia princeps</i>	Gastão Etzel e C. G. King	Pará
Da terra de Fullem no branqueamento do óleo de babaçu	J. Ribamar Teixeira Leite	Maranhão
O coco babaçu e a falsificação da manteiga – da mistura das gorduras do coco babaçu com as do leite de vaca	Mario Penteado	Maranhão
Castanha cayatê – “ <i>Omphalea Diandra</i> ”, L.	Felix Guimaraes, assistente de Química do Museu Nacional.	Rio de Janeiro
Óleo de abdômen de içá	João Baptista da Rocha, farmacêutico	
A noqueira-aleurites	Lourenço Granato	São Paulo
Estudo do sebo comercial de “ucuhuba”	Antônio Furia	São Paulo
Sistema de seguro	V. P. S. Alvarenga, da Cia. Americana de Seguros e do Comitê Misto Paulista de Seguros.	São Paulo
Instituto Nacional de óleos e Derivados	Cesar Magalhães, Comissões de Marinha e Guerra e de Finanças	Rio de Janeiro
Isenção do imposto de consumo para óleos vegetais nacionais (carta publicada pelo Correio da Manhã)	J. Bertino de M. Carvalho, vice-presidente da comissão executiva do Segundo Congresso de óleos.	Rio de Janeiro
O aproveitamento das rochas pyrobetuminosas no Brasil	Alfred Cownley Slater	São Paulo

O Terceiro Congresso de Óleos: o projeto que não saiu do papel

Em 1927, o jornal *A Província* relatou o pedido de Joaquim Bertino para abertura e organização da 3ª edição do Congresso com o objetivo de aprofundar a discussão e conhecimento sobre o babaçu (*A PROVÍNCIA*, 1927). O jornal *O Paiz*, em setembro daquele ano (*O PAIZ*, 1927a), destaca que Bertino e os organizadores do Segundo Congresso de Óleos discutiam a distribuição dos anais dos congressos e a preparação do 3º encontro. O jornal relata a importância dos congressos de óleos para o Brasil, além de futuras reuniões com o próprio Bertino para organização do Terceiro Congresso. O mesmo jornal, em junho daquele ano, relembrou os resultados do Segundo Congresso, com o claro objetivo de construção de uma atmosfera positiva para a realização da terceira edição (*O PAIZ*, 1927b).

A meta dos organizadores era que o Terceiro Congresso ocorresse em 1929, sendo escolhida Recife, capital do Estado de Pernambuco (*O PAIZ*, 1929). O governo local acatou esta resolução unânime do Segundo Congresso (*O PAIZ*, 1927b). Não se sabe do envolvimento direto ou indireto da SBCh nesse certame, mas Joaquim Bertino era um de seus sócios.

Industriais paulistas e o prefeito de São Paulo estipularam prêmios para os melhores trabalhos apresentados por ocasião do Terceiro Congresso de Óleos (*O PAIZ*, 1927b). Assim, Bertino, em contato com governadores, pedia contribuições para as referidas premiações (*O PAIZ*, 1927a). A partir de 1930, nada mais se falou desse Congresso. A instabilidade política e econômica (*crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929) afetou a fase final do governo do Presidente Washington Luís (1869-1957) e levou a tensões sócio-políticas, culminando no golpe de estado protagonizado, por Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), em outubro de 1930. Assim, a conjuntura político-econômica da época acabou por inviabilizar a realização do Terceiro Congresso de Óleos.

Os desdobramentos do Primeiro e do Segundo Congresso de Óleos

O evento obteve ampla visualização e destaque social, econômico e político. Foi noticiado no principal meio de divulgação da época, as mídias jornalísticas impressas, centradas nos principais jornais e revistas das capitais dos Estados da Federação e das cidades em que os eventos foram realizados.

Na Sociedade Brasileira de Química

Com o sucesso dos dois congressos de óleos, mais especialmente do primeiro devido ao envolvimento direto em sua organização, era inevitável que a SBCh tivesse um crescimento do número de seus associados (chegando a cerca de 160), um aumento de sua relevância nacional e respeitabilidade por suas discussões e apontamentos; conseguiu capilaridade junto às esferas do poder público e consolidou relações com outras sociedades e organismos com as quais já mantinha parceria ou contato, como a Sociedade Nacional de Agricultura, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a Associação de Química e Farmácia de São Paulo e o Clube de Engenharia. A SBCh chegou a propor como tema para a reunião anual de 1925 o Congresso da Alimentação, focando outro problema relevante para a época, mas por falta de condições financeiras e humanas, esse projeto não saiu do papel, optando por dirigir o foco para o Segundo Congresso de Óleos.

Não se pode deixar de destacar outra repercussão no cotidiano da SBCh: o saldo financeiro dos dois congressos permitiu a ela, juntamente com o aporte de patrocínio de empresas do setor químico e científico em geral, a concretização de uma de suas metas por ocasião de sua fundação em novembro de 1922 e previsto no artigo 3º, parágrafo 1º, de seu estatuto (ESTATUTO, 1923): o lançamento da Revista Brasileira de Química, o primeiro periódico de química a circular no Brasil (até 1951), conforme descrito em seu primeiro editorial, de agosto de 1929.

No mundo do agronegócio

Em país de tamanho continental, como é o Brasil, e com uma imensa história ligada ao mundo agrário - inclusive com seu desenvolvimento industrial extremamente tardio, muitas vezes tensionado pelas elites deste setor - este mundo tinha uma das maiores influências em relação à vida política e econômica nacional. Um dos principais interessados na estruturação e no sucesso dos Congressos de Óleos, o setor agrário entendia todo este envolvimento como um passo importante para o seu crescimento. O acompanhamento de muito perto do Ministro da Agricultura, demonstra o grau de importância deste congresso. A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a mais influente sociedade agrária da época, abordou a discussão sobre o congresso em seu periódico *A Lavoura*, dando destaque ao local que o mesmo ocupava no processo do desenvolvimento de uma nova capacidade produtiva no setor agrário nacional. Louvando o grande êxito da reunião do congresso, a SNA liga o sucesso das discussões ao futuro uso das grandes riquezas nacionais oleaginosas, como um ponto ao desenvolvimento e ao futuro. Repercute a clareza e acerto das diferentes pesquisas em trazer à luz do conhecimento possibilidade de superação dos problemas encontrados no campo e do aumento da taxa produtiva do que havia no campo, além de novos produtos a serem explorados que acabavam tendo maior qualidade com as mesmas funções de produtos usados. Ou seja, aprimorando o mercado, principalmente, para a maior produção exportadora (A LAVOURA, 1924). O que estava em jogo era a possibilidade de um salto, da construção de um novo Brasil, ou melhor, de um novo mundo agrário para o Brasil.

Repercussão no segmento farmacêutico

A repercussão do congresso e do

desenvolvimento do pensamento científico brasileiro teve reflexos na área farmacêutica e na principal sociedade científica da área na época, a Associação Brasileira de Farmacêuticos. A possibilidade de desenvolver, através das matérias primas nacionais debatidas no congresso, produtos com valor terapêutico, agitou o segmento industrial farmacêutico. Estava em questão a possibilidade de aumento de produção, melhorias na qualidade e diminuição do custo de produção de produtos terapêuticos, o que permitiria na visão da época o desenvolvimento e ampliação do setor. Havia também discussões científicas acerca das inúmeras possibilidades de uso de diferentes óleos para tratamentos, produtos de beleza e, também, higiene (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1924). Esse mesmo jornal dá destaque ao desenvolvimento das pesquisas que levam o Brasil a se tornar membro da União Internacional de Química (IUPAC). O destaque do jornal ajuda no processo de construção da importância do congresso que, coloca o Brasil no mapa mundial científico, ao lado de diferentes nações com seus respectivos desenvolvimentos científicos. A ligação internacional era importante para o mundo farmacêutico. Colocava nosso país em contato com o desenvolvimento tecnológico de outros países, além de, devido às riquezas naturais nacionais, dava ao setor farmacêutico brasileiro potencial de protagonismo tanto para o mercado nacional, quanto internacional.

Repercussão na área da saúde

A revista *Medicamenta* representava uma das principais publicações da área da saúde na época, principalmente, interligada ao ramo farmacêutico. O sentimento de exaltação é marcante na publicação ao relatar o Congresso Brasileiro de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e seus Derivados. A revista relata os principais oradores e participações no congresso, destacando, como se pode ver em um dos discursos citados, a defesa patriótica que estava presente no congresso:

“O orador assegurava aos congressistas a simpatia com que o governo, principalmente, o Ministério da Agricultura, para útil e patriótica iniciativa, a qual era digna do apoio e solidariedade de todos os brasileiros amantes do progresso de sua terra” (MEDICAMENTA, 1924)

O orador citado era Dermeval Sá Lessa, que representava o Ministro da Agricultura no evento. O discurso proferido apontava o caminho - no caso também ao setor da saúde - que desenvolvia a partir deste congresso. A revista relata, também, na sua publicação de número 39 (1927), a realização do Segundo Congresso, demonstrando o seu acompanhamento, desde o Primeiro Congresso, dos desenvolvimentos apresentados. Transcreve-se em sua publicação, exatamente, todas as seções previstas para o evento, citando sua configuração e sua importância. Apresentar todas as seções, explicando-as, reforça o entusiasmo colocado na possibilidade de um grande desenvolvimento no setor da saúde. Este desenvolvimento refletiria na indústria farmacêutica e, também, no controle de diferentes doenças que assolavam a sociedade brasileira. Algumas pesquisas são citadas por sua importância, como é o caso do trabalho do farmacêutico Virgílio Lucas (1887-1960), do Laboratório Químico Militar, que, ao estudar as possíveis aplicações do uso do óleo de algodão descobriu as vantagens na preparação de óleo canforado injetável, importante estimulante cárdiorrespiratório - hoje vendido em diversas farmácias pelo país e usado em diversos tratamentos.

A criação do Instituto de Óleos

O Instituto de Óleos foi criado após a realização dos congressos por esforço todo dedicado de Joaquim Bertino.

A justificativa era que a indústria oleífera necessitava de mais atenção tanto para formação de profissionais, quanto para desenvolvimento de pesquisas. Inicialmente constituído em 1929 como curso de formação na área de produtos oleaginosos,

sua elevação à categoria de Instituto foi publicada no Diário Oficial da União em 1931, pelo Decreto nº 20.428, de 22 de setembro, no qual destaca-se que

O Instituto de Óleos, com sede no Distrito Federal, têm por fim ministrar a alta instrução profissional técnica especializada, referente à indústria de óleos vegetais e substâncias derivadas, aos agrônomos químicos e engenheiros agrônomos, diplomados pelas escolas mantidas ou reconhecidas pela União, e manter uma seção de pesquisas científicas relativas a estes assuntos e a outros de interesse da química industrial agrícola. Para o fim acima indicado os laboratórios pertencentes ao mesmo Instituto deverão estar sempre aparelhados de instalações capazes de corresponder às exigências do ensino; assim sob o ponto de pesquisas científicas, como sob o de pesquisas técnicas industriais (DECRETO, 1931).

O Instituto de Óleos realizou inúmeros trabalhos de pesquisa com produtos e plantas oleaginosas, publicou livros e estabeleceu convênios com governos estaduais e mesmo instituições estrangeiras. Joaquim Bertino foi seu Diretor por quase toda a existência do Instituto, extinto em 1962, por ocasião da reorganização do Ministério da Agricultura ao qual era vinculado.

A fundação do Instituto de Tecnologia de São Paulo

Joaquim Bertino idealizou em 1920, após uma viagem de aperfeiçoamento técnico aos Estados Unidos na área da indústria de oleaginosos, a criação no Brasil de um Instituto de Pesquisas Industriais, para desenvolver o interesse pelas pesquisas e dar ao governo os meios científicos e úteis aos interesses do país, tendo ele em curso para graduados, obedecendo ao sistema usado pelas escolas dos Estados Unidos, sendo patrocinado pelo setor industrial, tendo como modelo o *Carnegie Institute of Technology*.

O plano envolvia a criação de institutos em Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, que seriam dependências do Instituto Central (sediado na capital federal) e institutos autônomos, de acordo com as posses de cada Estado. Após algumas tentativas frustradas, Bertino encontrou apoio no Governo do Estado de São Paulo e suas associações técnicas e comerciais, que participaram amplamente dos dois congressos de óleos, a oportunidade de colocar em execução a ideia de se criar em São Paulo, um instituto de tecnologia industrial. Em dezembro de 1924, uma comissão apresentou ao delegado da Associação Comercial de São Paulo, Leovigildo Trindade, um projeto básico para a criação do Instituto de Tecnologia Industrial, o qual deveria ser submetido ao julgamento dos demais antigos companheiros do Congresso de Óleos e do Presidente do Estado Dr. Carlos de Campos (1866-1927), que apoiava, francamente, os trabalhos deste Congresso, graças ao entusiasmo que tinha por esta indústria e do seu ilustre secretário da agricultura, Gabriel Ribeiro dos Santos. Carlos de Campos, depois de ouvir atentamente a exposição que lhe fez essa comissão, declarou que era da mais evidente oportunidade a criação do instituto projetado, cuja necessidade, há muito sentida, não podia sofrer discussão (CORREIO PAULISTANO, 1927b).

Acrescentou que o governo do Estado não podia deixar de prestar à indústria paulista o serviço que lhe era solicitado; depois de examinar o plano elaborado pelos delegados de São Paulo ao Congresso de Óleos, daria imediata execução a tão importante empreendimento. Porém, questões de ordem política e a crise econômica após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 fizeram com que a criação desse Instituto só acontecesse em 1934 (CARVALHO, 1934), sendo oficializado na prática em fevereiro de 1936 (CORREIO PAULISTANO, 1936a), oferecendo inicialmente cursos técnicos de três anos em eletricidade e mecânica industrial (CORREIO PAULISTANO, 1936b).

Para além da repercussão imediata

Durante os anos que se seguiram à realização do Segundo Congresso de Óleos, muitos dos trabalhos apresentados nos dois eventos eram citados como referência para discussões em termos de aproveitamento econômico, comércio interno e externo e caracterização química. Isso porque muitos desses trabalhos eram inéditos quanto à matéria-prima analisada sob quaisquer desses aspectos ou pela profundidade na abordagem dos mesmos. O trabalho de José Ribamar Teixeira Leite (1902-1964), “Da terra de Fullem no branqueamento do óleo de babaçu”, foi publicado em “O Campo”, revista da área agrônoma em 1930 (LEITE, 1930), enquanto o químico industrial Henrique Paulo da Cunha Bahiana (1907-2003) usava trabalhos do Primeiro Congresso de Óleos para estruturar sua palestra “O Óleo de Oiticica e as Vantagens de sua Indústria no Brasil”, publicada também no periódico supracitado (BAHIANA, 1930) e apresentado perante a SBCh numa conferência em maio de 1930. O farmacêutico Arlindo de Araújo Vianna (1896-1957), outro defensor de nossas riquezas oleaginosas, publicou matérias sobre óleos vegetais e manteiga na seção Agrícola do Jornal Correio da Manhã (VIANNA, 1936, 1937) e em O Jornal (VIANNA, 1928), tomando por base as conclusões dos dois congressos de óleos.

Um sumário dos oleaginosos no Brasil de hoje

Estudos recentes demonstram a importância econômica que a produção de oleaginosas detém no mercado brasileiro. Esta produção estende-se por um conjunto grande de mercados dos quais os mais importantes são a produção e comércio de grãos; a produção de óleos vegetais (óleo bruto e refinado); e a produção de rações (farelos) (FERREIRA et. al., 1991).

Após a Segunda Guerra Mundial, a soja passou a dominar o complexo de oleaginosas. Estes exemplos ilustram o motivo do grande interesse dos setores industrial e do agronegócio nos primeiros congressos de óleos, com o investimento do Estado no processo

de industrialização: um novo mercado mostrava-se frutífero e extremamente lucrativo. A proposta de uma abordagem pela ciência era um vetor central para o desenvolvimento da SBCh, mas o mercado que se abria com o processo de industrialização, desenvolvimento científico para uso comercial de óleos, gorduras, ceras e resinas, e seus derivados, deu também grande impulso ao Primeiro Congresso e, especialmente, ao Segundo.

Os Congressos se desenvolveram em trabalhos que abrangiam desde a descrição de novas técnicas com o uso de resinas até às próprias sementes amazônicas de grande potencial oleaginoso. Algodão, amendoim, andiroba, babaçu, bacaba, patuá, carnabueira, cera de abelha entre outros, foram temas tratados nos trabalhos presentes nos anais. Desde a extração dos seus óleos, ceras ou resinas, passando pelo uso e o potencial industrial de cada derivado, todas essas questões foram tratadas com preocupação por todos os presentes. O que fica marcante nos anais, com o mapeamento das regiões, é o peso que regiões como Norte e Nordeste ocupavam nessa nova visão de produção de óleos, gorduras, ceras e seus derivados, marcando um expansionismo econômico do Brasil. Havia um projeto de Brasil sendo pensado e construído nestes congressos, que fica claro quando se lê na página 323 dos anais do Primeiro Congresso as recomendações políticas do Congresso, subscritas por Bertino, ao Estado brasileiro (ANAIS, 1927). Entre essas recomendações propõe-se um investimento do governo federal, junto aos estados, na produção de algodão, coco da Bahia, amendoim, dentre outros, ajudando no crescimento da produção regional e nacional, fiscalização da produção e comercialização dos óleos e seus derivados, além de outros encaminhamentos. Alguns produtos merecem destaque pelo número de trabalhos e citações. Sob essa perspectiva detêm um protagonismo em relação aos demais, açaí e babaçu. Pagliarussi (2010) define que o processo produtivo do açaí desenvolve uma cadeia produtiva agroindustrial nacional.

A certeza do potencial de crescimento do setor da agroindústria era o que marcava o Primeiro Congresso, por exemplo, a grande participação de pesquisadores do nordeste e norte do país. O agronegócio responde por 23,5% do PIB nacional, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017). O açaí se destaca com grande potencial produtivo. Sua produção de baixo custo e de fácil manuseio e sua importância sócio-política em sua região de origem fazem do açaí um produto de grande destaque na economia nacional.

O babaçu, palmeira típica entre a região de transição para o cerrado, semiárido nordestino e Amazônia, também tem importância econômica, política e social como o açaí. Para Porro (2019) o babaçu detém grande importância econômica ao mesmo tempo em que é inviabilizado, o que remete a uma discussão sobre a importância que damos aos produtos naturais nacionais. Essa mesma preocupação era o tom do Primeiro Congresso de Óleos. De fato é preocupante quando se pensa sobre as perspectivas não investidas, e de políticas econômicas, sociais e públicas deixadas de lado por negligência.

Até a década de 1970 o babaçu era a matéria-prima de boa parte dos óleos produzidos no país, sendo impactado por uma queda em sua produção. Segundo Porro (2019) parte desse impacto tem a ver com as mudanças no mercado industrial a partir de 1990. Hoje há um grande processo de desmatamento em curso no Brasil para criação de pastagem que ataca, centralmente, a produção do babaçu. Para Mesquita (1998) os fluxos migratórios no país, desde o processo do fim da escravidão no nordeste brasileiro, principalmente no Maranhão, ajudaram na produção do babaçu, fazendo com que, ao longo de um período histórico – que encontra seu limite nos anos 1990 – o babaçu seja responsável pela expansão da pequena produção familiar.

Seja em dados mais contemporâneos, seja nos primeiros congressos temáticos de química no país, a preocupação com a produção e o potencial encontrado

em solo brasileiro quanto às suas riquezas naturais é central e presente.

CONCLUSÕES

Os Primeiro e Segundo Congresso Nacional de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas, e Seus Derivados tiveram grande importância para a época por discutir de forma multidisciplinar assuntos relativos a uma das riquezas naturais mais relevantes e diversificadas do Brasil, e que carecia de um fórum que pudesse alavancar o seu progresso, numa ocasião em que o país passava por um incipiente processo de industrialização. Foram eventos que uniram os aspectos científico, político, econômico, industrial e social. Seus desdobramentos ultrapassaram em muito a época em que foram realizados.

Sob o ponto de vista da Sociedade Brasileira de Química, somente o Primeiro Congresso pode ser considerado como um veículo que cumpriu seu papel de fazê-la mais conhecida fora da capital federal. Nesse particular, a ideia de um congresso temático em contraposição a um evento generalista foi acertada. O Segundo Congresso, organizado pela Associação Comercial de São Paulo, foi dominado por questões ligadas à indústria e ao comércio, mas a parte científica também se fez presente. Porém, os dois eventos possibilitaram uma nova frente de divulgação da Sociedade Brasileira de Química: a edição da Revista Brasileira de Química, o primeiro periódico de química do país.

A realização dos dois eventos evidenciou a escassez de profissionais químicos, a falta de investimento e apoio (técnico e científico) para o desenvolvimento da indústria, e a falta de legislação adequada às atividades envolvendo oleaginosas e produtos congêneres. Por outro lado, a cobertura dada pela mídia impressa da época no país, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, indicava que o tema desses congressos era de interesse do público leitor, quer pelo aspecto político, econômico, científico ou social. Essa cobertura, embora privilegiasse a abordagem como evento social, político e de

enalthecimento do Brasil, foi suficiente para ter uma ideia da importância dada à Química no Brasil na década de 1920, onde a necessidade de fomentar a formação de profissionais e a modernização das atividades industriais eram destacadas.

Há um personagem central, grandemente responsável pela realização e impacto dos dois congressos de óleos: Joaquim Bertino de Moraes Carvalho. Este engenheiro agrônomo sempre acreditou no potencial oleaginoso do país, não medindo esforços, numa visão de futuro, para que o Brasil se destacasse no mundo como grande produtor de uma enorme diversidade de óleos, gorduras, ceras, resinas e seus derivados, como se verifica hoje.

REFERÊNCIAS

À margem do Congresso de Óleos. A Lavoura, Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, ano XXVIII, n. 11, 1924, p. 435-436.

A NOITE, *Para Tratar da Indústria das Matérias Gordurosas*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1924a, p. 8.

A NOITE, *Estudo minucioso dos óleos, gorduras e ceras*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1924b, p. 7.

A NOITE, *Prestigiado por todas as classes o congresso de óleos*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1924, p. 6.

A PROVÍNCIA, *Congresso de óleo*. Recife, ano LVI, n. 155, 7 de junho de 1927, p. 1.

AFONSO, J. C. *A entrada do Brasil na União Internacional de Química Pura e Aplicada*. Revista de Química Industrial, ano 87, n. 765, p. 75-104, 2019.

ANAIS do Primeiro e Segundo Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas e Seus Derivados. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia J. Pires de Mello, 1927, 560 p.

BAHIANA, H. P. C. *O óleo de oiticica e as vantagens de sua indústria no Brasil*. O Campo, 1930, ano I, n. 7, p. 121-127.

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. Editora Contexto, São Paulo. 1988.

CARVALHO, J. B. M. *Instituto de Tecnologia de São*

Paulo – de 1924 a 1934. Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, 20 de maio de 1934, p. 3-4.

CONCLUSÕES do Primeiro Congresso Brasileiro de Química. Comissão dos Congressos do Centenário, Rio de Janeiro, 1923, 25 p.

CORREIO, *Vida Econômica*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1925, p. 2.

CORREIO PAULISTANO, *Segundo Congresso Nacional de Óleos*. São Paulo, 19 de junho de 1927a, p. 2.

CORREIO PAULISTANO, *Congresso de Óleos*. São Paulo, 31 de maio de 1927b, p. 7.

CORREIO PAULISTANO, *Instituto de Tecnologia de São Paulo*. São Paulo, 2 de fevereiro de 1936a, p. 4.

CORREIO PAULISTANO, *Instituto de Tecnologia de São Paulo*. São Paulo, 19 de janeiro de 1936b, p. 8.

Criação do Instituto de Óleos. Decreto nº 20.428, 22 de setembro de 1931, Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, ano LXX, Seção 1, 25 de setembro de 1931, p. 15128.

ESTATUTO da Sociedade Brasileira de Química. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1923, 17 p.; Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, ano LXII, n. 129, 3 de junho de 1923, p. 16898.

FERREIRA, B., MOTA, G., BALLESTERO, I. G., ARAÚJO, L., LOREZON, R. D. *Resumo do relatório da Indústria de Óleos Vegetais*. 1991.

FILGUEIRAS, C. A. L. *Origens da Química no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS, I Congresso Nacional de Óleos. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1924, p. 3.

JORNAL, *O 1º Congresso de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas – as conclusões aprovadas*. Jornal do Recife, 13 de março de 1925, p. 4.

JORNAL DO BRASIL, *Os Óleos Vegetais e a Sociedade Brasileira de Química*. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1924a, p. 3.

JORNAL DO BRASIL, *Os Óleos Vegetais e a Sociedade Brasileira de Química*. Rio de Janeiro, 7 de março de 1924b, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO, *Sociedade Brasileira de Química*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1923a, p. 4.

- JORNAL DO COMMERCIO, *Associações – Sociedade Brasileira de Chimica*. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1923b, p. 3.
- LEITE, J. R. T. *Estudo Analytico do coco babaçu*. Diário de S. Luiz, 13 de março de 1925a, p. 2.
- LEITE, J. R. T. *Estudo Analytico do coco babaçu*. Diário de S. Luiz, 14 de março de 1925b, p. 4.
- LEITE, J. R. T. *Da Terra de Fullen no branqueamento do óleo de babaçu*. O Campo, 1930, ano I, n. 4, p. 74-75.
- MEDICAMENTA, *Segundo Congresso Nacional de Óleos*. Revista Medicamenta, ano VI, n. 60, 1927, p. 33-35.
- MEDICAMENTA, *Segundo Congresso Nacional de Óleos, Gorduras, Ceras e Resinas e seus derivados a reunir-se em São Paulo*. Revista Medicamenta, ano IV, n. 39, agosto de 1925, p. 39-40.
- MESQUITA, B. A. de. *A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80)*. XVIII Annual Student Conference of Latin America, Institute of Latin Studies Student Association, Universidade do Texas, Austin, fevereiro de 1998.
- O GLOBO, *Annaes do Congresso de Óleos e Derivados*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1927a, p. 7.
- O GLOBO, *Segundo Congresso de Óleos – decisões tomadas pela comissão executiva*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1926, p. 5.
- O IMPARCIAL, *Uma iniciativa a encorajar*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1924, p. 2.
- O JORNAL, *Sociedade Brasileira de Chimica*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924a, p. 3.
- O JORNAL, *Os óleos vegetais e a Sociedade Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1924b, p. 3.
- O JORNAL, *2º Congresso Brasileiro de Óleos Gorduras, Ceras e Resinas*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1925, p. 10.
- O PAIZ, *Sociedade Brasileira de Chimica*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1924a, p. 11.
- O PAIZ, *Sociedade Brasileira de Chimica*. Rio de Janeiro, 7 de março de 1924b, p. 5.
- O PAIZ, *Sociedade Brasileira de Chimica*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1924c, p. 7.
- O PAIZ, *Os óleos vegetais*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1924d, p. 5.
- O PAIZ, *O congresso de óleos*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1924e, p. 3.
- O PAIZ, *A exploração de óleos vegetais no Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1924f, p. 4.
- O PAIZ, *Congresso de óleos*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1924g, p. 12.
- O PAIZ, *Congresso de óleos – sessão preparatória*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1924h, p. 9.
- O PAIZ, *Actualidades nos Estados – São Paulo*. Rio de Janeiro, 19 e 20 de setembro de 1927a, p. 6.
- O PAIZ, *O segundo congresso de óleos – relembando o ambiente e os resultados dessa importante reunião. A cultura e a indústria dos oleaginosos*. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 15588, 25 de junho de 1927b, p. 1.
- O PAIZ, *Segundo congresso nacional de óleos*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1929, p. 12.
- O PAIZ, *Congresso Nacional de Óleos*. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1925, p. 3.
- PAGLIARUSSI, M. S. *A Cadeia Produtiva Agroindustrial do Açaí: Estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático*. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.
- PORRO, R. *A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, 2019, v. 14, n. 1, p. 169-188.
- Primeiro Congresso Nacional de Óleos*. Revista Medicamenta, ano III, n. 30, 1924, p. 43-45.
- REVISTA, *O segundo congresso nacional de óleos*. Revista Brasileira de Engenharia, Rio de Janeiro, maio de 1927, p. 187-188.
- SANTOS, N. P. dos, PINTO, A. C., ALENCASTRO, R. B. de. *Façamos Químicos – A “Certidão de Nascimento” dos cursos de Química de nível superior no Brasil*. Química Nova, 2006, v. 29, n. 3, p. 621-626.
- VIANNA, A. A. *A vida dos Campos – Água e Óleo*. O Jornal, Rio de Janeiro, 22 de março de 1928, p. 14.
- VIANNA, A. A. *Chimica Agrícola – Matérias Primas Nacionaes – Óleos Vegetais Brasileiros*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de março de 1936, p. 10.
- VIANNA, A. A. *Manteiga*. Correio da Manhã Agrícola, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1937, p. 1.